



Estado do Piauí
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Corregedoria Geral da Justiça

PROVIMENTO Nº 032/2005

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NA COMARCA DE MARCOS PARENTE/PI, COMPETÊNCIAS DOS CARTÓRIOS ALI EXISTENTES, INSTITUI A INFORMATIZAÇÃO NAS SUAS ROTINAS FORENSES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Sr. Desembargador **ALDEMAR SOARES LIMA, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 96 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, 3º, II do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça e 3º, VI do Código de Normas da Corregedoria,

CONSIDERANDO a necessidade de agilização dos serviços judiciários na Comarca de Marcos Parente;

CONSIDERANDO as alterações introduzidas na Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí pela Lei 5.204/01;

CONSIDERANDO os avanços tecnológicos na área de informática, que melhor servem à otimização das rotinas forenses;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45 elegeu como direito e garantia, individuais e coletivas, o princípio da celeridade processual (art. 5º-LXXVIII);

CONSIDERANDO os princípios gerais de direito processual da imparcialidade, igualdade, publicidade, lealdade e economia;

CONSIDERANDO ser a Comarca de Marcos Parente, de 1ª entrância, possuidora de Vara Única (art. 5º, III, "D", da LOJEP);

RESOLVE:

Determinar que na Comarca de Marcos Parente sejam observadas as seguintes normas:

I – DA OTIMIZAÇÃO DAS ROTINAS FORENSES

1. A fim de possibilitar o incremento da qualidade, imparcialidade, rapidez e controle das atividades forenses, ficam instituídas (os) por meio informatizado: a distribuição, a emissão de certidões, a central de mandados judiciais, o acompanhamento processual, o acesso a terminal de informações e a emissão de boletos de cobranças com código de barras.

D.S. 5.529

02/12/05

Assinatura

II – DOS PROCESSOS CÍVEIS

1. Os feitos cíveis serão distribuídos de forma alternada, sucessiva e equitativa para os Cartórios do 1º e 2º Ofícios da Comarca.
2. Os dois cartórios são competentes para a distribuição de todas as ações cíveis, aí incluídas as atinentes à Fazenda Pública, Estado e Capacidade, Família e Infância e Juventude.

III – DOS PROCESSOS CRIMINAIS

1. Os feitos criminais serão distribuídos de forma alternada, sucessiva e equitativa para os Cartórios do 1º e 2º Ofícios da Comarca.

IV – DO REGISTRO DE IMÓVEIS

1. O 1º Ofício (Oficializado) é privativo do Registro de Imóveis, fazendo, também as notas, dos títulos e documentos.

V – DO REGISTRO CIVIL

1. O 2º Ofício (Oficializado) é competente para o Registro Civil, fazendo, também as notas, dos títulos e documentos.

VI – DA DISTRIBUIÇÃO

1. A Distribuição far-se-á por meio informatizado, através do Sistema THEMISPG o que implica na emissão de certidões, acompanhamento processual e instituição de central de mandados, por meio magnético e instantâneo.

VII – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.

1.1. Até que a Defensoria Pública entre em efetivo exercício na Comarca de Marcos Parente, a matéria fica sob regulamento do Diretor do Fórum, obedecida à norma pertinente.

2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e da família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública.

3. É prova da necessidade a simples afirmação, na própria petição inicial, de que a parte não está em condição de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

4. Nos processos em trâmite na Seção da Assistência Judiciária de cada Cartório não são adiantadas (os):

- A – Taxas Judiciárias e de selos;
- B – Emolumentos e Custas;
- C – Despesas com publicações no “Diário da Justiça”;
- D – Despesas com indenizações devidas às testemunhas que, quando empregadas, receberão do empregador salário integral;
- E – Honorários advocatícios, em caso de sucumbência do beneficiário da assistência;
- F – Honorários periciais, quando devidos pelo beneficiário da assistência;
- G – Despesas com realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pelo Juiz de Direito nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.



4.1. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e os selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário da assistência for o vencedor da causa.

4.2. A parte que litigar de má-fé, fazendo falsa declaração de necessidade, pagará o décuplo das custas judiciais, mais todas as despesas do processo.

4.3. A parte beneficiária da assistência judiciária ficará obrigada ao pagamento das custas judiciais, desde que apurado que possa fazê-lo sem prejuízo do próprio sustento e da família.

5. A dívida do beneficiário da assistência judiciária com custas judiciais prescreve em cinco (5) anos, contado do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

6. As publicações feitas no "Diário da Justiça" dispensam a publicação em outro jornal.

VIII – DOS IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. Os processos relativos a idosos, portadores de necessidades especiais e à criança e adolescentes terão tratamento absolutamente prioritário, com preferência sobre quaisquer outros que tramitem nas Varas respectivas.

2. Os processos que tramitam nos cartórios judiciais serão distinguidos pela cor da capa do processo, conforme abaixo:

2.1. COR AMARELA – Processos Cíveis e de Registros Públicos;

2.2. COR ROSA – Processos relativos à Família;

2.3. COR VERDE – Processos relativos à Infância e à Juventude;

2.4. COR BRANCA – Processos relativos aos Idosos;

2.5. COR AZUL – Processos relativos aos portadores de necessidades

especiais.

3. A Corregedoria Geral da Justiça providenciará a confecção das capas de processos na forma estipulada no item 2 desde provimento.

IX – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

1. A remessa dos processos para as Seções da Assistência Judiciária dos Cartórios respectivos não implicará na revogação dos benefícios da assistência judiciária, quando concedidos.

2. Cumpra aos Cartórios efetivarem os cadastros e inclusão dos feitos já em tramitação (distribuídos antes da implantação do sistema), no sistema THEMIS-PG, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desde provimento.

X – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A desobediência ao presente Provimento será observada sob o aspecto disciplinar.

GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, em Teresina (PI), 22 de novembro de 2005.


Desembargador **ALDEMAR SOARES LIMA**
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA



► PLANTÃO DOS JECC'S DA CAPITAL:

I - O Plantão dos JECC's da Capital funcionará no período natalino (20.12.05 a 06.01.06), no horário normal de funcionamento das unidades, devendo ser cumprido pelos três magistrados na forma seguinte:

NOME DO JUIZ	JUIZADOS	ENDEREÇO
MANOEL SOARES DE SOUSA	JECC / CENTRO - ILHOTAS UNIDADE I ANEXO CAMILLO FILHO JECC / CENTRO - JOQUEI CLUB UNIDADE II - Horto Mercado JECC / CENTRO - SÃO PEDRO UNIDADE III	Rua Olavo Bilac, nº 3113 - Ilhotas - CEP: 64001-6003215-7408/09/10
MARIA CELIA LIMA LUCIO	JECC / NORTE - PIRAJÁ (UESPI) UNIDADE IV JECC / NORTE - BUENOS AIRES UNIDADE V JECC / SUL - BELA VISTA UNIDADE VI ANEXO "Des. Edvaldo Pereira de Moura" JECC / SUL - ANGELIM - UNIDADE VII	BR 343, Km 6, Bairro Bela Vista (próximo ao Ginásio Poliesportivo Ru. Lima) 3215-7435
JORGE DA COSTA VELOSO	JECC / LESTE - HORTO FLORESTAL UNIDADE VIII ANEXO "Amélia Sady Tajra" ANEXO "Dr. João Carvalho Tavares e Silva" JECC / LESTE - ININGA (UFPI) UNIDADE IX ANEXO "Prof. Wilson de Andrade Brandão" JECC / SUDESTE - REDONDA UNIDADE X - ANEXO CEUT	Forum Regional Sudeste, Rua Jornalista Livio Lopes, S/N - Redonda, 3215-7306 3233-3136/R-36

► PLANTÃO DO INTERIOR:

I - Na comarca de Vara Única o plantão será exercido pelo juiz que estiver jurisdicionado (art. 53, do CN);

II - Na comarca provida de mais de uma vara, o Diretor do Fórum elaborará a escala de plantão, devendo enviar cópia à CGJ (art. 54, do CN);

III - Todos os juizes com atuação na comarca e que estejam no exercício de suas funções judicantes deverão participar da escala de plantão.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, Teresina, capital do Estado do Piauí, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco (12.12.05).

Des. ALDEMAR SOARES LIMA
Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO Nº 033/2005

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NA COMARCA DE ARRAIALPI, COMPETÊNCIAS DOS CARTÓRIOS ALI EXISTENTES, INSTITUI A INFORMATIZAÇÃO NAS SUAS ROTINAS FORENSES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Sr. Desembargador ALDEMAR SOARES LIMA, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 96 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, 3º, II do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça e 3º, VI do Código de Normas da Corregedoria,

CONSIDERANDO a necessidade de agilização dos serviços judiciais na Comarca de Arraiá;

CONSIDERANDO as alterações introduzidas na Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí pela Lei 5.204/01;

CONSIDERANDO os avanços tecnológicos na área de informática, que melhor servem à otimização das rotinas forenses;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45 elegeu como direito e garantia, individuais e coletivas, o princípio da celeridade processual (art. 5º-LXXVIII);

CONSIDERANDO os princípios gerais de direito processual da imparcialidade, igualdade, publicidade, lealdade e economia;

CONSIDERANDO ser a Comarca de Arraiá, de 1ª entrância, possuidora de Vara Única (art. 5º, III, "b", da LOJEP);

RESOLVE:

Determinar que na Comarca de Arraiá sejam observadas as seguintes normas:

I - DA OTIMIZAÇÃO DAS ROTINAS FORENSES

1. A fim de possibilitar o incremento da qualidade, imparcialidade, rapidez e controle das atividades forenses, ficam instituídas (os) por meio informatizado: a distribuição, a emissão de certidões, a central de mandados judiciais, o acompanhamento processual, o acesso a terminal de informações e a emissão de boletos de cobranças com código de barras.

II - DOS PROCESSOS CÍVEIS

1. Os feitos cíveis serão distribuídos de forma alternada, sucessiva e equitativa para os Cartórios do 1º e 2º Ofícios da Comarca.

2. Os dois cartórios são competentes para a distribuição de todas as ações cíveis, aí incluídas as atinentes à Fazenda Pública, Estado e Capacidade, Família e Infância e Juventude.

III - DOS PROCESSOS CRIMINAIS

1. Os feitos criminais serão distribuídos de forma alternada, sucessiva e equitativa para os Cartórios do 1º e 2º Ofícios da Comarca.

IV - DO REGISTRO DE IMÓVEIS

1. O 1º Ofício (Oficializado) é privativo do Registro de Imóveis, fazendo, também as notas, dos títulos e documentos.

V - DO REGISTRO CIVIL

1. O 2º Ofício (Oficializado) é competente para o Registro Civil, fazendo, também as notas, dos títulos e documentos.

VI - DA DISTRIBUIÇÃO

1. A Distribuição far-se-á por meio informatizado, através do Sistema THEMISPG o que implica na emissão de certidões, acompanhamento processual e instituição de central de mandados, por meio magnético e instantâneo.

VII - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam suscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.

1.1. Até que a Defensoria Pública entre em efetivo exercício na Comarca de Arraiá, a matéria fica sob regulamento do Diretor do Fórum, obedecida a norma pertinente.

2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e da família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública.

3. É prova da necessidade a simples afirmação, na própria petição inicial, de que a parte não está em condição de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

4. Nos processos em trâmite na Seção da Assistência Judiciária de cada Cartório não são adiantadas (os):

- A - Taxas Judiciárias e de selos;
- B - Emolumentos e Custas;
- C - Despesas com publicações no "Diário da Justiça";
- D - Despesas com indenizações devidas às testemunhas que, quando empregadas, receberão do empregador salário integral;



1 - Honorários advocatícios, em caso de sucumbência do beneficiário da assistência;

2 - Honorários periciais, quando devidos pelo beneficiário da assistência;

3 - Despesas com realização do exame de código genético - DNA que for requisitado pelo Juiz de Direito nas ações de investigação de paternidade ou maternidade

4.1. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e os selos judiciais serão pagos pelo vencedor, quando o beneficiário da assistência for o vencedor da causa.

4.2. A parte que litigar de má-fé, fazendo falsa declaração de necessidade, pagará o décuplo das custas judiciais, mais todas as despesas do processo.

4.3. A parte beneficiária da assistência judiciária ficará obrigada ao pagamento das custas judiciais, desde que apurado que possa fazê-lo sem prejuízo do próprio sustento e da família.

5. A dívida do beneficiário da assistência judiciária com custas judiciais prescreve em cinco (5) anos, contado do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

6. As publicações feitas no "Diário da Justiça" dispõem a publicação em outro jornal:

VIII - DOS IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. Os processos relativos a idosos, portadores de necessidades especiais e a criança e adolescentes terão tratamento absolutamente prioritário, com preferência sobre quaisquer outros que tramitem nas Varas respectivas.

2. Os processos que tramitam nos cartórios judiciais serão distinguidos pela cor da capa do processo, conforme abaixo:

2.1. COR AMARELA - Processos Cíveis e de Recursos Públicos.

2.2. COR ROSA - Processos relativos à Família;

2.3. COR VERDE - Processos relativos à Infância e a Juventude.

2.4. COR BRANCA - Processos relativos aos Idosos;

2.5. COR AZUL - Processos relativos aos portadores de necessidades especiais.

3. A Corregedoria Geral da Justiça providenciará a confecção das capas de processos na forma estipulada no item 2 desde provimento.

IX - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

1. A remessa dos processos para as Seções da Assistência Judiciária dos Cartórios respectivos não implicará na revogação dos benefícios da assistência judiciária, quando concedidos.

2. Cumpra aos Cartórios efetivarem os cadastros e inclusão dos feitos já em tramitação (distribuídos antes da implantação do sistema), no sistema THEMIS-PG, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desde provimento.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A desobediência ao presente Provimento será observada sob o aspecto disciplinar.

GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de dezembro de 2005.

Desembargador ALDEMAR SOARES LIMA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 026/2005

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, com referência ao PREGÃO 026/05 - Implantação de Sistema de Refrigeração

a ser realizado no dia 15.12.2005, às 15:00 (quinze) horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no 3º andar do Palácio da Justiça, sito à Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico, nesta Capital, a seguinte ERRATA:

Onde se Lê: Objetivando a implantação do sistema de refrigeração das Comarcas de Batalha (Fórum e Juizado), São João do Piauí (Fórum e Juizado), Oeiras (Fórum e Juizado), Paulistana, Beneditinos, Amarante, Uruçuí, Brasileira, União; redenção do Gurguéia, Esperantina, Barras e Campo Maior.

Leia-se: Objetivando a implantação do sistema de refrigeração das Comarcas de Oeiras (Fórum e Juizado), Paulistana, Beneditinos, Amarante, Uruçuí, Brasileira, União, Redenção do Gurguéia, Esperantina, Barras e Campo Maior.

Teresina, 12 de dezembro de 2005.

Bela Jaqueline Pessoa de Aguiar
BELA. JAQUELINE PESSOA DE AGUIAR
PREGOEIRA DO TJ-PI



ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Secretaria de Administração

EXTINÇÃO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

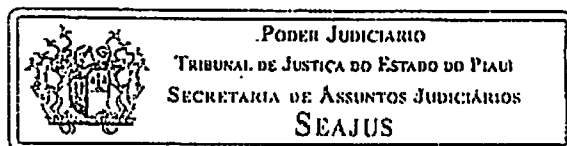
PARTES: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e LUCAS DO BONFIM SOARES LIMA

OBJETO: Contratação Individual, excepcional e temporária de prestação de serviços de Técnico de Informática

VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais.

DATA DA EXTINÇÃO: 03/11/2005.

MOTIVO: Término do prazo contratual.



PAUTA DE JULGAMENTO

2A. CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

Teresina, 12 de dezembro de 2005

Serão julgados na sessão ordinária de 19 de dezembro de 2005, os seguintes processos:

05.002242-3 Apelação Criminal
Origem : Teresina/1a. Vara do Tribunal do Juri
Apelante : José Luiz Osterno Filho
Def. Púb. : Elizabeth Maria Memória Aguiar
Apelado : Ministério Público do Estado do Piauí
Relator : DES. OSIRIS NEVES MELO FILHO

05.001397-1 Ação Penal
Origem : São Raimundo Nonato
Autor : Ministério Público do Estado do Piauí
Réu : Raimundo Nonato de Sousa Marques-Vereador de São Lourenço do Piauí-PI